

An aerial photograph of a rural settlement in a valley. The settlement consists of several small buildings with red roofs and dirt paths. The surrounding landscape is lush green with dense vegetation. In the background, a large body of water, likely a lake or reservoir, is visible under a blue sky with scattered clouds. The text is overlaid on the image in a bold, orange font.

**PROTOCOLO DE CONSULTA
DO TERRITÓRIO TRADICIONAL
GERAIZEIRO E VACARIANO
DO VALE DAS CANCELAS**

A series of colorful, overlapping geometric shapes (triangles, squares, and diamonds) in shades of blue, orange, and green, arranged vertically on the left side of the page. A horizontal green bar is positioned at the bottom of these shapes.

NÚCLEO LAMARÃO

FICHA TÉCNICA

Realização: Comunidades do Território Geraizeiro e Vacariano do Vale das Cancelas

Parceria: Coletivo Margarida Alves, FIAN Brasil, Comissão Pastoral da Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, Nosso Lar, Instituto DH, CRDH-Norte / Cáritas Arquidiocesana de Montes Claros

Apoio: CESE, Fundo Casa, Elas +, Fundação Heinrich Böll, NOSSAS

Foto de capa: Marcelo Caldas

QUEM SOMOS?

Habitamos o Território Tradicional Geraizeiro e Vacariano do Vale das Cancelas há mais de 7 gerações, e temos uma relação especial com a terra em que vivemos. Existem pessoas no território que, além de geraizeiras e vacarias, auto identificam-se como quilombolas, mas nossa identidade coletiva, que vem sendo construída ao longo dos anos, é de Geraizeiros e Geraizeiras, Vacarianos e Vacarianas.

O Território Tradicional Geraizeiro e Vacariano do Vale das Cancelas é composto por mais de 70 comunidades, e na nossa organização social, nos dividimos em 03 núcleos: Josenópolis, Tingui e Lamarão. Esse protocolo de consulta é das comunidades do Núcleo Lamarão.

As dezenove (19) comunidades que formam o núcleo Lamarão são: São Francisco, Barra de Canoas, Sobrancelha, Morro Grande, Morro Grande, Córrego dos Bois, Bocaina, Córrego da Batalha, Córrego do Vale, Lamarão, Diamantina, Água Branca, Ribeirãozinho, Vaquejador, Miroró, Campo de Vacarias, Vacarias, Ponte Velha e Catulé.

Recebemos nosso Certificado de Autodefinição emitido pela Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais em 11 de julho de 2018.



NOSSO MODO DE VIDA

Nessas comunidades, nós nos organizamos nas associações, nos encontros de igrejas, nos grupos de atingidos e atingidas, no Conselho Inter-municipal geraizeiro e Vacariano do Vale das Cancelas e em diversos outros espaços. Nossa cultura envolve o trabalho com o gado, a agricultura e o respeito pelos gerais.

Os gerais são os planaltos, as encostas e os vales do Cerrado. Este é um bioma muito importante para a nossa sobrevivência.

O território para nossas comunidades é o lugar onde construímos nossa vida, fazemos o uso comum da terra, reproduzimos práticas de agricultura familiar e a nossa tradicionalidade. Nossa tradição é a de criação do gado solto em áreas coletivas compartilhadas entre nós nos altos das chapadas, mas isso vem sendo ameaçado há anos por causa do eucalipto.

Também praticamos o extrativismo, entre muitas outras atividades. Todas essas relações formam nossa identidade de povo geraizeiro e vacariano que, há algumas décadas, vem sendo ameaçada pela presença de grandes empreendimentos na região.



NOSSO TERRITÓRIO TRADICIONAL



Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA). Relatório das Oficinas de Autodemarcação do Território Tradicional de Vale das Cancelas. CAA, 2015, pg 33.

O modo de vida tradicional geraizeiro do Vale das Cancelas ocupa todo o Território Tradicional que está localizado na região das Serras Gerais, nos municípios de Padre Carvalho, Josenópolis e Grão Mogol.

O uso coletivo dos gerais, no entanto, difere entre as 73 comunidades a partir das características naturais e sociais da área do território que ocupam. Assim, no processo de autodemarcação do Território Tradicional Geraizeiro e Vacariano do Vale das Cancelas, consolidamos o saber tradicional de que o nosso território é dividido em três núcleos: Josenópolis, Tingui e Lamarão.

Embora todo o território se relacione, cada Núcleo tem suas características físicas e culturais próprias e, por isso, decidimos que cada um deles deve ter seu próprio Protocolo de Consulta e Consentimento.

O NÚCLEO LAMARÃO DO TERRITÓRIO TRADICIONAL DO VALE DAS CANCELAS



Tradicionalmente, o Núcleo Lamarão tem como característica a criação de gado, a agricultura diversificada e a extração do cerrado. Com a expansão das atividades de empresas no território a partir da década de 1960, o nosso modo de vida foi bastante atingido, as terras foram sendo tomadas por estrangeiros e, hoje, muitas pessoas precisam sair do território em busca de sustento financeiro.

Grande parte dos geraizeiros e vacarianos saem durante os meses de março a setembro para o Sul de Minas Gerais, onde trabalham na colheita de café para sustentar as suas famílias. Enquanto isso, as mulheres, as crianças e os idosos continuam no território, lutando pela manutenção do nosso modo de vida tradicional.

O Núcleo Lamarão é marcado pelo grande volume de água que existia antes das empresas chegarem ao território. Assim como o nome da Comunidade Lamarão, o nome do Núcleo vem do Ribeirão Lamarão, que era uma grande fonte de vida no território e hoje tenta resistir aos danos ambientais que a exploração do território tem causado a ele.

Conhecemos nosso território e nossos rios, temos conhecimentos tradicionais para lidar com a chuva, a seca e seus impactos no volume das águas. Agora, com a afetação das empresas, as nascentes estão cada vez mais prejudicadas, e nossos rios estão cada vez menores.

A partir do Rio Vacaria, que era bastante volumoso no nosso Núcleo, existe toda uma cultura tradicional de uso, aproveitamento e valorização dessas águas. É por conta dessa relação de proximidade com o Rio Vacaria que muitos geraizeiros se declaram, também, **vacarianos**.



POR QUE CONSTRUÍMOS ESSE PROTOCOLO DE CONSULTA?

Há muitos anos nós vivemos com tentativas de empresas que querem entrar e explorar o nosso território, sem se preocuparem com quem está nele e com os danos que trarão para nós e para o Cerrado. Já sofremos há muitos anos com as empresas de eucalipto e, em 2010, começamos a nos deparar com outra ameaça muito séria: um mega empreendimento de mineração de uma empresa chinesa chamada Sul Americana de Metais (SAM). O projeto que essa empresa quer construir - que envolve o uso da água do Rio Vacaria para minerar, construir barragem d'água, barragens de rejeito e transportar o minério até a Bahia - ocupa todo o nosso território.

Por causa disso, desde 2010, nos organizamos, participamos de articulações, reuniões, audiências públicas para demonstrar o quanto são incompatíveis a o modo de vida geraizeiro e vacariano e este grande projeto. Conseguimos vencer a primeira batalha, pois, como o projeto é inviável ambientalmente, foi barrado pelo órgão de licenciamento federal, o IBAMA. Porém, a empresa não desistiu. Fez manobras, dividiu o projeto, conseguiu colocar nosso próprio povo contra nós.

Ocorreram então dois fatos que nos fizeram perceber o quanto este projeto poderia nos destruir: em 2015 ocorreu o rompimento de uma barragem da empresa Samarco/Vale/BHP no município de Mariana, que destruiu toda a Bacia do Rio Doce; em 2019, um novo rompimento da barragem da empresa Vale S.A atingiu Brumadinho, e toda a bacia do Rio Paraopeba e a Represa de Três Marias.

Para nossa surpresa, mesmo após estes rompimentos, nos demos conta de que o projeto da mineradora SAM avançou e, mesmo após essas duas catástrofes, voltamos a ser ameaçados com o andamento deste projeto.

Continuamos a nos organizar, procurar as instituições de justiça, participar de reuniões e fomos cada vez mais conhecendo nossos direitos. Assim, decidimos construir esse protocolo para que o governo e as empresas respeitem nossos direitos. É nosso direito ser consultados!

Esse protocolo de consulta, contudo, não vale apenas para a SAM, mas para todos os empreendimentos que quiserem adentrar no nosso território e até mesmo as empresas que já estão localizadas no território. Sabemos ainda que quem deve fazer a consulta é o Estado.

Como comunidades tradicionais, estamos amparados por diversas legislações nacionais e internacionais, tais como: Constituição Federal de 1988, Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Decreto 6.040/2007, Lei Estadual 21.147/2014 e Decreto Estadual 47.289/2017.

Não abrimos mão de nosso território e nem de nossos direitos. Nossa ocupação nesta região é ancestral! De maneira alguma o nosso protoco-

lo de consulta pode ser utilizado para restringir nossos direitos básicos e essenciais. O protocolo existe para fortalecer a organização interna das comunidades geraizeiras, não para atrapalhá-las.

Repetimos: não só a SAM, mas qualquer empreendimento, seja grande, seja pequeno, não deve adentrar o território antes que seja feita a consulta, que deve ser feita pelo estado.



COMO CONSTRUÍMOS ESSE PROTOCOLO DE CONSULTA?

Esse protocolo de consulta começou a ser construído em 2019. Em primeiro momento, fizemos uma reunião com mais de 100 pessoas, de diversas comunidades do Território Tradicional Geraizeiro e Vacariano do Vale das Cancelas. Nesse encontro, conhecemos mais o que diz a Convenção 169 da OIT e o Direito à Consulta e ao Consentimento Prévios, Livres, Informados e de Boa-fé.

Depois disso, foi feito um planejamento entre lideranças do território, com parceiros, para planejar as oficinas, que já começaram em 2019, na comunidade Lamarão, do núcleo Lamarão. Desde então, foram 13 oficinas realizadas, entre os anos de 2019-2022, mas que tiveram que parar em 2020 e parte de 2021 por conta da pandemia da COVID 19. Todas as comunidades do núcleo Lamarão participaram das oficinas, que eram realizadas com apoio de nossos parceiros. Em dezembro de 2022, numa grande assembleia na comunidade do Lamarão, onde também começaram as oficinas, aprovamos o texto final do protocolo de consulta.



Nas oficinas, nós conversamos sobre como deveria ser todo o processo de consulta ao nosso território e deve ser assim:

Quando devemos ser consultados?

Devemos ser consultados sempre que:

- ✧ Houver uma obra, empreendimento, captação de água, pesquisa, lei ou qualquer outro procedimento administrativo ou legislativo que possa interferir nos nossos modos de vida.
- ✧ Houver alguma mudança, lei ou decisão administrativa que atinja o nosso território tradicional.
- ✧ Ainda que a obra seja feita fora do nosso território, se ela alterar de alguma forma a nossa vida, devemos ser consultados.

Quem deve ser consultado?

- ✧ Todas as pessoas podem participar das reuniões, mas as decisões devem ser concentradas naqueles que pertencem às comunidades.
- ✧ Devem ser consultados os membros das igrejas católica e evangélicas.
- ✧ As pessoas que precisaram sair da comunidade para trabalhar/estudar também devem ser consultadas. Quando elas estiverem aqui, serão consultadas presencialmente. Quando não estiverem, vamos nos organizar para que elas possam participar.
- ✧ A opinião dos mais velhos deve ser respeitada com mais força.
- ✧ As crianças devem ser ouvidas, mas não decidem sozinhas.



Em que período a consulta pode acontecer?

Para que a consulta aconteça de acordo com os nossos modos de vida, ela não pode atrapalhar a cultura geraizeira. Por isso:

- ✧ A consulta não pode acontecer entre a segunda metade de março até o fim de agosto, quando muitas pessoas se deslocam para o Sul de Minas para a colheita do café.
- ✧ Durante a época do plantio das nossas roças, as reuniões com o Estado devem acontecer respeitando o nosso horário de trabalho.
- ✧ As reuniões internas das comunidades acontecerão conforme a nossa tradição.
- ✧ As reuniões não podem acontecer em dias santos.



Como deve ser feita a consulta?

1º passo: o Estado informará sobre a consulta

Para fazer a consulta, o governo deve avisar o Conselho Intermunicipal Comunitário do Território Tradicional Geraizeiro e Vacariano do Vale das Cancelas e dar recursos necessários para que seu representante possa mobilizar, de casa em casa, as pessoas para se reunirem.

A comunicação do Conselho se dará por carta, por e-mail, por WhatsApp ou presencialmente. Quem faz a comunicação é necessariamente o Estado, que é responsável por fazer a consulta. Em 45 dias, o Conselho responderá o Estado dizendo como e com quem será feita uma reunião inicial para planejar a consulta (plano de consulta).



2º passo: reuniões onde conversaremos sobre as propostas

O Estado deve arcar com os custos de se reunir conosco para nos explicar, numa linguagem acessível, sobre o que nos quer consultar.

Isso deve acontecer até que as pessoas se apropriem do assunto, mesmo que sejam necessárias várias reuniões, sendo que quantas forem necessárias, deverão ser custeadas pelo Estado.

Essa primeira reunião explicativa tem que ser convocada com antecedência mínima de **45 dias**.

Depois dessa reunião explicativa, deve haver tempo suficiente para conversarmos dentro das comunidades com as pessoas que não estavam presentes na reunião sobre o objeto da consulta.

As comunidades geraizeiras e vacarianas terão autonomia para convidar para as reuniões os parceiros que acharem importantes.

3º passo: reuniões internas das comunidades

As pessoas da comunidade se reúnem novamente entre si, quantas vezes for necessário, para tomar a decisão. Poderão participar das reuniões pessoas que são geraizeiras e vacarianas mas atualmente estão morando fora. Essas pessoas podem participar das reuniões presencialmente ou representadas por suas famílias.

Caso surjam dúvidas sobre o projeto no decorrer das reuniões internas, será feita uma nova reunião com o Estado para tirar as dúvidas. Esse processo acontecerá até que exista uma decisão da comunidade.

Além disso, a depender do assunto, a comunidade se reunirá com as comunidades vizinhas (geraizeiras, vacarianas e quilombolas) para saber as opiniões delas e trocar impressões.

Após todo esse trâmite, as comunidades poderão tomar uma decisão. Se houver discordância, a maioria decidirá. Poderão votar, contudo, somente as pessoas que pertencem às comunidades.

4º passo: comunicar o Estado da decisão que foi tomada

Quando tomar a sua decisão, o Núcleo Lamarão se reunirá com o Estado para comunicá-lo. Essa decisão considerará os efeitos da mudança em todo o território, incluindo o rio e as chapadas, por exemplo (áreas que não são cercadas).



O QUE ESPERAMOS DA CONSULTA

Com a consulta, esperamos que nossa decisão seja respeitada e o Estado respeite nosso direito ao consentimento, pois só nós sabemos o que é melhor para nosso território, nossa cultura e para nosso modo de vida.





GERAIZEIROS E VACARIANOS EM DEFESA DA VIDA DOS POVOS DAS ÁGUAS DO CERRADO

The logo consists of a black outline of a map of Brazil. Inside the outline, there is a detailed illustration of a tree with a thick trunk and a dense canopy of green leaves. A blue line representing a river or stream flows through the base of the tree. The entire logo is centered within a circular text border.

coletivo
**margarida
alves**

The logo for 'coletivo margarida alves' features a stylized white flower with eight petals, positioned above the text. The text is in a clean, sans-serif font, with 'coletivo' in a smaller size above 'margarida alves'.

**CONSELHO INTERMUNICIPAL
COMUNITÁRIO DO TERRITÓRIO
GERAIZEIRO E VACARIANO DO
VALE DAS CANCELAS**